



É HORA DE OCUPAR O CONGRESSO NACIONAL!

Ricardo Patah,
presidente nacional da UGT

Mais uma vez, no apagar das luzes de um ano marcado por crise econômica, corrupção, desemprego, prisões de políticos e empresários, o Governo Federal apresenta como solução mágica um projeto de reforma da Previdência Social e outro de Reforma Trabalhista. Nos dois casos, o alvo é a retirada de direitos dos trabalhadores. O pior, no caso da Previdência Social, é que se o projeto for aprovado como o Governo encaminhou ao Congresso Nacional, vamos voltar ao tempo da escravidão! Veja você: para obter uma aposentadoria integral o trabalhador vai precisar trabalhar por 49 anos, o que é humanamente impossível numa sociedade onde a expectativa de vida é de 72 anos e, em muitos Estados do Nordeste, não passa de 67.

Somos contra a proposta da forma com que ela foi enviada ao Congresso pelo presidente Michel Temer. E ponto final. Queremos respeito ao trabalhador, ao pobre, às mulheres e a sociedade como um todo. Na União Geral dos Trabalhadores (UGT), desde o primeiro momento em que o projeto foi apresentado, nossos técnicos e economistas indicaram que as mudanças são radicais e afetam, principalmente, as mulheres, uma vez que a idade para aposentadoria passa a

ser 65 anos. Os mais pobres também irão sofrer caso o projeto seja aprovado. Isso porque quem entra no mercado de trabalho mais cedo vai passar quase toda sua vida trabalhando sem perspectiva de uma aposentadoria. Esse dado por si só, demonstra a insensibilidade do Governo e, por que não dizer, a falta de respeito com os mais pobres e com a mulher e o árduo e duro trabalho que ela exerce como mãe, dona de casa e trabalhadora.

A UGT representa hoje 1.300 sindicatos, federações e confederações. Somos a segunda maior central sindical do País, com uma representação de quase 10 milhões de trabalhadores. Nosso Instituto de Altos Estudos (IAE), formado por economistas, sociólogos e técnicos em Previdência, elaborou estudos que provam que a Previdência Social não é deficitária. Na verdade, tem até sobra de caixa. O problema são as contas equivocadas que o Governo apresenta para falar em déficit. Em várias oportunidades, já afirmamos e reafirmamos que uma reforma na Previdência é necessária, mas não para punir os trabalhadores da iniciativa privada. O Brasil não pode continuar com trabalhadores de primeira e segunda categoria. Por isso, a reforma da Previdência tem que envolver, necessariamente, os servidores públicos, o judiciário,

os políticos e militares. Não se pode pensar numa reforma da Previdência apenas e tão somente para os trabalhadores da iniciativa privada.

Também não abrimos mão dos direitos conquistados e adquiridos. Esses não podem sofrer mudanças. Além disso, como o Governo apresentou o projeto, significa a privatização da Previdência e condenar o trabalhador a não ter direito a se aposentar.

Em relação à reforma trabalhista, será outro grande enfrentamento. A primeira batalha, nos dá UGT já ganhamos. O projeto inicial havia sido apresentado como Medida Provisória (MP), no entanto, a ação contundente da UGT fez com que o Governo voltasse atrás e decidisse transformar a Medida Provisória em projeto para ser discutido no Congresso. Aí vai prevalecer nossa ação junto aos deputados e senadores. Como está, o projeto se direciona mais em atender aos interesses da classe empresarial, em detrimento aos trabalhadores, mas a UGT, se for necessário, vai acampar no Congresso para evitar que ele seja aprovado como está. Para isso, contamos com a ação dos 1.300 sindicatos, federações e confederações filiadas a UGT. Nossa mobilização e união serão a força que vai evitar que a classe trabalhadora tenha prejuízos em seus direitos.